

Em 50 anos DNER cria grande patrimônio para o País

BRASÍLIA — O diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), Antônio Alberto Canabrava, ao ser homenageado durante a realização do almoço de encerramento das comemorações dos 50 anos de criação daquele órgão, no Clube do Exército, defendeu a necessidade da Assembléia Nacional Constituinte incluir no anteprojeto do deputado Bernardo Cabral a manutenção do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (IULCLG). Canabrava propõe que o imposto seja repassado integralmente ao DNER, o que representaria uma receita de US\$ 1,6 bilhão anualmente, suficiente para recuperar a malha rodoviária nacional.

Entretanto, ressaltou que diante das dificuldades de recursos crescentes nos últimos anos a recuperação da malha rodoviária absorveria hoje montantes da ordem de US\$ 2,1 bilhões ao longo de três anos e meio. Ao fazer um balanço dos 50 anos da autarquia, Antônio Canabrava afirmou que a antiguidade dos programas está causando uma diminuição dos recursos e fazendo cair a eficiência, mas que, agora, o DNER precisa voltar-se mais para a sua ação gerencial e de segurança nas vias.

No almoço que reuniu cerca de 400 pessoas representantes dos setores de transportes, construção e rodoviários foi presidido pelo ministro interino dos Transportes, Mário Picanço, e contou com a presença do secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nô-

brega, dos ex-ministros Eliseu Resende e Arnaldo Prieto, do presidente da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres (CNTT), Camilo Cola, e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Aeroportos, Barragens e Pavimentação, Tibério César Gadelha, dos deputados Paulo Mincaroni (RS) e Victor Faccioni (RS), do diretor do Conselho Nacional de Trânsito, Márcio Cabral, e outras autoridades.

Homenagem — Por delegação da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres e de todas as entidades copatrocinadoras das homenagens ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (NTC/FENATAAC, RODONAL, ANFAVEA, ANECE e ABCEF) pela comemoração do cinquentenário de sua criação, e em nome da diretoria e dos associados, o presidente do SINICON (Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação), Tibério César Gadelha, disse na oportunidade que a administração do complexo rodoviário nacional, integrando racionalmente e harmonicamente os sistemas estaduais e municipais do sistema federal, "constitui um modelo de descentralização administrativa". E que, pelos seus resultados, incumbe preservar, sem prejuízo de sua modernização e da restauração de seus valores estruturais e funcionais, para que o DNER possa exercer com maior eficiência o seu papel de agente da União incumbido da gerência do sistema rodoviário federal", afirmou.

Tibério Gadelha ressaltou, também, que a única modalidade de transporte que se realiza sem cobertura tarifária é a rodoviária e que o pedágio, além de controverso, é regime de exceção. Essa singularidade — frisou — exige e determina tratamento administrativo igualmente singular, visando à adequada remuneração do uso da rodovia. Esse tratamento foi dispensado no Brasil pela Lei Jopert, com a criação do Fundo Rodoviário Nacional, integrando receitas oriundas de impostos sobre o consumo efetivo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, consumo esse que, sendo diretamente proporcional à realização da operação rodoviária, serve de padrão para a remuneração social dos custos da rodovia, propiciando recursos para expansão e o aperfeiçoamento do sistema.

O presidente do Sindicon solidorizou-se com o diretor-geral do DNER, Antônio Canabrava, ao defender também a manutenção do Imposto Único Sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos que, pela proposta do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, será extinto. "A manutenção do Fundo Rodoviário Nacional na sua sua concepção original afigura-se indispensável, devendo merecer apoio constitucional através do Imposto Único. Entretanto, o projeto da Comissão de Sistematização da nova Constituição do Brasil deixou de contemplar esse apoio", frisou.

Base de financiamento garante continuidade

No entendimento de Tibério Gadelha, se for assegurada ao DNER a base natural de financiamento das suas atividades, representada pela fração da receita do Fundo Rodoviário Nacional, seu orçamento ganhará a necessária transparência para acompanhamento e crítica da sua execução pela sociedade. Por outro lado — prosseguiu — dando-se também maior eficácia aos seus investimentos, uma vez que ficarão igualmente assegurados os recursos correspondentes, o que implicará, pelo afastamento das incertezas, assim como dos reiterados "atrasos de pagamento", economias transferidas do setor privado contratado para a realização dos objetivos da Autarquia, podendo-se dizer o mesmo em relação aos órgãos rodoviários estaduais e municipais.

Hoje, o sistema federal administrado pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, como peça fundamental do conjunto, compreende cerca de 115.200 Km de rodovias arteriais, principais e secundárias, dos quais 59.500km pavimentadas. Segundo o presidente do Sindicon, Tibério Gadelha, o sistema é responsável por cerca de 70% do fluxo de transporte rodoviário no País, sem embargo de representar apenas 7% da rede rodoviária nacional. Esses percentuais realçam a importância estratégica do

DNER no sistema modal e reclamam, por isso mesmo, em favor da coletividade, providências de caráter emergente orientadas para o fortalecimento da Autarquia, tanto econômica como estrutural e funcionalmente.

Para reafirmar a importância da rodovia no transporte de bens e pessoas, que tende a se intensificar com os avanços dos processos tecnológicos e sociais em todo o mundo, Tibério Gadelha deu como exemplo a França, país de tradição ferroviária, onde a relação entre o transporte rodoviário e ferroviário foi, em 1984, da ordem de 1,7, ligeiramente inferior à observada no Brasil, que no mesmo ano, foi da ordem de 2,4. Nos Estados Unidos, ainda no mesmo período, o transporte rodoviário de cargas foi de cerca de quatro vezes observado no Brasil.

O presidente do Sinicon fez uma saudação especial aos constituintes, ressaltando que todos eles estão dando o melhor do seus conhecimentos, de suas experiências e dos seus esforços para dotar o Brasil de uma Carta Magna democrática e duradoura "tarefa extenuante quanto honrosa, e que, certamente, se levada a bom termo, deixará seus nomes gravados na história do nosso País. Afirmou, ainda, que a saudação fosse recebida pelos senadores e deputados junto com "o mais veemente e

caloroso apelo para que dêem sua inestimável contribuição ao permanente crescimento e aprimoramento do rodoviarismo no Brasil, fazendo prevalecer no texto constitucional e na legislação ordinária subsequente as garantias dos recursos provenientes do imposto único sobre lubrificantes líquidos e gasosos, inclusive o álcool, para uso pelo DNER, DER estaduais e prefeituras, na manutenção, conservação e ampliação da malha rodoviária, condição essencial e insubstituível para que o nosso país possa continuar se desenvolvendo.

Ao encerrar o seu discurso, o presidente do Sinicon, Tibério Gadelha, congratulou-se com o corpo técnico do DNER e com a direção da Autarquia pelos 50 anos de sua criação, ressaltando que em boa hora as entidades setoriais estavam homenageando o órgão, "plenamente consciente de estarem expressando a vontade da totalidade das empresas e empresários que representam, consultores e construtores, fabricantes de veículos e transportadores, unidos nessa oportunidade festiva para registrar nosso reconhecimento e nossa homenagem a esse patrimônio de todos nós, que é o DNER, cuja obra e presença marcante em todo o território nacional, ao longo desse tempo, tornaram-se um patrimônio inalienável do povo brasileiro".



Entrega da placa comemorativa assinalou os 50 anos de existência do DNER

Canabrava: "A família está unida"

Ao final do seu discurso, o presidente do Sindicon convidou o ministro interino dos Transportes, Mário Picanço, para fazer a entrega de uma placa comemorativa aos 50 anos de criação do DNER "pela contribuição ao desenvolvimento e integração nacional", na pessoa do diretor-geral da Autarquia, Antônio Alberto Canabrava.

Na oportunidade, Mário Picanço agradeceu aos representantes do Congresso Nacional presentes à solenidade em virtude da sessão de homenagem ao DNER realizada, ontem, pela Câmara dos Deputados e em retribuição convidou o deputado Paulo Mincaroni (RS), vice-presidente daquela Casa do Legislativo, para fazer a entrega da placa comemorativa ao diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, o qual também ressaltou os relevantes trabalhos que o órgão tem prestado à Nação. O parlamentar agradeceu a deferência especial, não só em seu nome como de toda a Mesa da Câmara e da Assembléia Nacional Constituinte.

O diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, Antônio Alberto Canabrava, após receber

a placa comemorativa do cinquentenário da Autarquia, afirmou que quando ingressou no DNER e também na iniciativa privada, no início de sua carreira profissional, jamais imaginou que iria estar presente às homenagens dos 50 anos de criação do órgão e ainda mais em Brasília, cidade que ele ajudou à época da fundação, na construção das estradas que ligaram a capital federal aos principais centros do País.

Na sua opinião, o DNER está se revigorando e vem com muita força para lutar, juntamente com as classes rodoviárias polivalentes, em seu vários segmentos, pelos interesses não só da Autarquia, como também de toda a sociedade e do País, no sentido de ampliar os recursos para a aplicação na reestruturação da malha rodoviária nacional. "A família está unida", frisou Canabrava "e, quando chegar o momento da votação, os constituintes irão nos apoiar ao incluir na nova Carta Magna do País a manutenção do Imposto Único sobre consumo de Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos".

"Não sou homem de pegar na alça do caixão para enterrar o DNER. Não

estou aqui para isso", afirmou Antônio Canabrava, que conclamou os setores ligados aos transportes, construção de estradas, rodoviários e segurança para somarem esforços na tentativa de sensibilizar e contar com o apoio dos constituintes para votarem a proposta defendida pela Autarquia junto à Assembléia Nacional Constituinte.

A proposta a que se refere o diretor-geral do DNER foi apresentada junto à Constituinte pelo Deputado Dalton Canabrava (PMDB-MG), e estabelece que o imposto Único seja repassado integralmente à Autarquia. Esses recursos seriam assim redistribuídos: 20% aos municípios; 40% aos Estados; 10% às regiões metropolitanas e os 30% restantes ficariam no próprio DNER. O Congresso Nacional deverá dar aprovação para aplicação dos recursos destinados ao DNER. Do mesmo modo, nos Estados as Delegacias de Estradas e Rodagem submeteriam seus planos de aplicação dos recursos junto às Assembléias Legislativas e os municípios, às Câmaras de Vereadores. Para as regiões metropolitanas serão criados Conselhos como a participação do DNER para aplicar esses recursos.